

Migração interna do segmento feminino e sua inserção no trabalho doméstico: uma discussão preliminar¹

Guélmer Júnior Almeida de Faria²

Luiz Antonio Macedo³

Maria do Carmo de Carvalho⁴

Caroline Marci⁵

Resumo:

Este estudo é uma tentativa preliminar de articular os temas: migrações internas e trabalho doméstico. O objetivo deste artigo é analisar a migração interna do segmento feminino e sua inserção no trabalho doméstico. Seus objetivos específicos se configuram em: investigar em que condições se dá tal inserção, quais os motivos desse deslocamento e quais as implicações do trabalho doméstico para essas mulheres. Partindo de uma abordagem neomarxista onde se privilegia o contexto histórico-estrutural. Destacam-se as redes de apoio e solidariedade como condição de sua inserção no trabalho doméstico. Presume-se que os motivos do movimento migratório são: de ordem sócio-econômica, acesso à educação ou qualificação profissional; independência financeira, mobilidade social, acesso a serviços básicos, motivações pessoais. Verificou-se que as implicações desta atividade transformam as relações de trabalho.

Palavras-chaves: migrações intra-regionais, mulheres migrantes, trabalho feminino, trabalho doméstico

Área: Demografia

¹ Este artigo é parte preliminar da pesquisa em andamento para elaboração da dissertação de Mestrado.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista CAPES.

³ Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista CAPES.

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista CAPES.

Migração interna do segmento feminino e sua inserção no trabalho doméstico: uma discussão preliminar

Introdução

Pretende-se neste estudo, com perfil exploratório, tratar da problemática das migrações do segmento feminino com ênfase nas pequenas e médias cidades, e concomitantemente sua inserção no trabalho doméstico.

Uma vez que esta inserção se configura como um “trampolim”, para a entrada no mercado de trabalho produtivo via trabalho reprodutivo (doméstico). Grosso modo, esta modalidade de trabalho se configura pela baixa qualificação, não requer nível elevado de escolaridade, não é necessário ter experiência, enfim, uma inserção precária, penosa e rápida.

Cabe destacar que o trabalho doméstico remunerado⁶, segundo Mello (1998), é um bolsão de ocupação para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o *lugar da mulher*, e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação. Essa atividade, por isso, é o refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento.

Segundo Melo e Di Sabbato (2011) as mudanças significativas ocorridas no perfil do mercado de trabalho nos últimos anos não parecem ter afetado o emprego doméstico. Este em 2001 ocupava 18% das mulheres e em 2009 17%, representando, aproximadamente 5,5 e 6,7 milhões de mulheres, respectivamente. Considerando apenas as trabalhadoras ocupadas no setor de serviços, a taxa de sua participação atingia 24,2%, em 2001 e 22,4% em 2009 (PNAD/ IBGE, 2001, 2009). Percebemos então, no intervalo de 8 anos, uma situação praticamente idêntica.

Para Ávila (2008) as empregadas domésticas, são levadas a esta ocupação. Não se trata de uma escolha, mas de limites colocados pelas estruturas de classe, patriarcais e racistas da sociedade. São as mulheres pobres e negras as que estão no emprego doméstico, no Brasil, hoje. Então, é inegável a existência de uma conexão do trabalho doméstico com classe, raça e gênero.

Ao examinar a questão da mulher nas migrações desejamos retirá-la do papel subordinado que geralmente desempenham em tais processos (é vista como aquela que

⁶ Neste estudo, o trabalho doméstico remunerado será chamado também de Serviços Domésticos ou Emprego Doméstico. É foco de análise apenas a trabalhadora doméstica remunerada (PED, 2010).

acompanha o pai e/ou o marido, jamais como sujeito da migração) e tentar entender suas aspirações e objetivos na migração/imigração. Nesse contexto é importante perceber que a migração não é resultado apenas de uma escolha racional, mas também de estratégias familiares nas quais homens e mulheres estão inseridos, contribuindo para rearranjos das relações familiares e de gênero (SERTÓRIO e SANTOS, 2012).

Segundo Paula e Júnior (2002) a migração interna continua a ocorrer, com novas características. Segundo dados preliminares do censo 2000, as pessoas passaram a migrar mais em suas próprias regiões. No início do século XXI, famílias inteiras de trabalhadores rurais, camponeses, pequenos agricultores continuam “correndo trecho”, buscando fugir da miséria, tentando manter a esperança de algum dia voltar ao campo, ao município de origem. Sonham com a possibilidade de ascensão social e econômica na cidade, de um jeito ou de outro chegam e partem ávidos por condições dignas de vida.

De acordo com Melo (1998) o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. Funciona como a porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas brasileiras.

Neste sentido, o objetivo desta investigação, que se desdobrará em pesquisa de campo, é analisar a migração interna do segmento feminino e sua inserção no trabalho doméstico. Seus objetivos específicos se configuram em: investigar em que condições se dá essa inserção, quais os motivos desse deslocamento e quais as implicações do trabalho doméstico para essas mulheres.

Migrações Internas: “o lugar já não oferece mais oportunidades”

De acordo com Damiani (1991) as condições de desenvolvimento do capitalismo nos seus países de origem explicam a saída de milhões de indivíduos. Embora os movimentos de população não tenham necessariamente o caráter diretamente compulsório.

Para Lisboa (2007) migração é entendida como uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas

(territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas como também estar associados a dimensões subjetivas.

Na visão de Singer (1998, p. 29) as migrações internas, como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança e somente neste contexto se pode compreendê-las.

Assim, o fenômeno migratório é visto como social, assumindo o papel de extensão da classe social, expressando suas manifestações no processo social, econômico e político envolvido no deslocar-se para outra região.

As dinâmicas do processo de deslocamento populacional sofrem influência de vários fatores, dentre eles a industrialização. Em regiões onde predominam atividades ligadas à agricultura seus impactos são perversos. Como caracteriza Paula e Júnior (2002) no mundo do trabalho, as modificações na agricultura transformam e aumentam a produtividade, provocando a liberação de grande número de trabalhadores rurais. São novas formas de produção baseadas na tecnologia e no aumento da produtividade; são velhas formas de dominação onde os pequenos agricultores e trabalhadores rurais tornam-se totalmente subordinados ao capital.

No entanto, Baeninger (*apud* Oliveira e Jannuzzi, 2005, p. 135) aponta que as desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e do nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho ou melhores rendimentos. A disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também constituiriam fatores potencializadores do fenômeno.

Para Pacheco e Patarra (1997) analisando o contexto das migrações perceberam:

As características desses movimentos, a partir dos anos 80, justificam a afirmação de estarmos diante de novos padrões migratórios. Ou estar-se-ia diante de resultantes de efeitos conjunturais das oscilações entre momentos de crescimento e momentos de crise e estagnação que se desenrolam ao longo da década passada? Seriam esses efeitos determinados por processos anteriores de desconcentração industrial, os quais, com certa defasagem, influenciaram os novos fluxos? Estariam essas novas características migratórias já refletindo o novo contexto internacional, com perversas conseqüências em níveis crescentes de desemprego, subemprego e informalidade nas relações de trabalho, reforçada por políticas sócias deficitárias e insuficientes, poderiam ser percebidas e orientadoras de buscas de alternativas

distintas para determinados grupos de migrantes? A diversidade de movimentos e de grupos sociais envolvidos poderia estar refletindo, também, a desigualdade social acirrada, influenciando a decisão de “fuga” das metrópoles por parte crescente de setores de classe média? Finalmente, no conjunto – algo semelhante ao que acontece com as demais dimensões da dinâmica demográfica -, também neste caso estar-se-ia frente à concomitância de movimentos típicos de etapas anteriores do desenvolvimento industrial com movimentos típicos da atual fase de internacionalização da economia? (p. 458).

Na opinião de Cardoso (2003) as desigualdades regionais podem ser o motor principal das migrações internas nos moldes capitalistas, as populações das áreas desfavorecidas sofrem conseqüências de um empobrecimento que as obrigam a se deslocar para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida.

Brito *apud* Oliveira et al. (2011) aponta que a migração, desnecessária do ponto de vista da economia e descolada das possibilidades de ascensão social, pode tornar-se negativa para o indivíduo. A racionalidade econômica que, segundo o velho paradigma, era a bússola necessária para o migrante encontrar o seu caminho, no novo padrão migratório torna-se, mais ainda, obsoleta diante dos riscos envolvidos atualmente no processo migratório.

As migrações – fenômeno social sexuado, racializado, classisado – durante longo tempo foram objeto marginal, periférico das ciências sociais. Muito contribuiu para isso o fato de as mulheres – sobretudo as pobres e não-brancas – terem sido mantidas como sujeitos invisibilizados. A pauta de estudos dos processos migratórios secundarizou durante longo tempo dinâmicas importantes de opressão e dominação e de mudanças – tanto na apreensão das sociedades de partida, quanto nas sociedades receptoras. Grande parte dos estudos sobre migrações tem negligenciado as relações sociais de poder – entre elas, destacam-se as relações sociais de gênero – presentes em uma e outra sociedade (THURLER, p. 207, 2011).

Segundo Lisboa (2007) os estudos sobre migração têm negligenciado as estatísticas sobre o fluxo crescente de mulheres que entram anualmente no mercado de trabalho, bem como a mobilidade interna e externa das mesmas, que saem de seus locais de origem buscando melhores condições de vida ou fugindo de diferentes formas de opressão e exploração. É importante considerar que o processo de migração para as mulheres significa, muitas vezes, a fuga de uma relação violenta ou de uma estrutura social patriarcal com rígidas noções do que constitui “propriedade” em relação à mulher.

Singer (1976, p. 224) aponta que os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança e fatores de estagnação⁷. No entanto, o autor destaca que apesar dos fatores de expulsão definirem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos; e que entre estes fatores, o mais importante é a demanda por força de trabalho.

Na consideração desses fatores, Lisboa (2007) ressalta a importância de considerarmos a perspectiva de gênero nas migrações, ou seja, levar em conta que os fatores que originam e estimulam a migração de homens e mulheres são diferentes. Em função das atividades de subsistência atribuídas em geral às mulheres, são elas as mais penalizadas.

E para Thurler (2011) nas migrações nacionais não se atenta devidamente para as desigualdades – econômicas, de participação política – e as diversidades – religiosas, culturais, nem para a pluralidade de percursos e de pertencimentos, tornando as culturas de origem as responsáveis pela difícil emancipação das mulheres migrantes.

Trabalho Reprodutivo como via de inserção no mercado de trabalho

O trabalho doméstico realizado de diversas maneiras, seja em residências particulares de forma constante ou intermitente, há muito absorve a mão-de-obra feminina no Brasil, estando estreitamente ligado ao movimento migratório, interno e externo.

Valim (1996) alertava para o intenso fenômeno que vem ocorrendo em áreas onde predomina a concentração de terras e que expulsa os trabalhadores do campo, está ligado à migração de mulheres para as grandes capitais ou cidades médias, onde se empregam como domésticas.

De acordo com Melo (1998):

Como o serviço doméstico constitui culturalmente o *lugar da mulher*, e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação, é refúgio

⁷ “Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. Os fatores de estagnação levam à emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente (Singer, 1976, p. 224)”.

dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, sendo considerado pela sociedade ocupação subalterna e fora do circuito mercantil. Mas tal qualificação varia, dependendo de quem a exerça. Separando por sexo, a desigualdade fica evidente, porque também nessa ocupação os rendimentos masculinos são maiores. Funciona como porta de entrada para as jovens migrantes rural-urbanas, e existe uma forte presença de crianças do sexo feminino exercendo essas atividades (p. 1).

Lisboa (2007) aborda como se estabelece a relação do trabalho doméstico e a migração:

Como trabalhadoras domésticas, as mulheres migrantes enfrentam vários tipos de discriminação, tendo como norte uma subjetividade de classe que, imbricada com as condições de gênero e etnia, produz uma alquimia na subjetividade delas. Estas, no processo conflitivo e dialético de construção de sua subjetividade, de um lado lutando contra a discriminação de gênero, classe e etnia, e de outro afirmando sua identidade de mulheres e trabalhadoras domésticas que lutam por uma causa comum, têm na valorização de sua profissão uma conquista de auto-estima e autoconfiança e um alicerce fundamental para seu processo de aculturação e emancipação (p. 813).

Na visão de Melo e Di Sabbato *apud* Melo e Castilho (2011), pensar nas trabalhadoras domésticas significa refletir sobre o papel do trabalho doméstico na reprodução humana. Ou seja, por ser essencialmente um trabalho que não gera valor (de mercado), mas outro valor que é o de cuidar da família.

De acordo com Saffioti (1978), ele atua de forma não-capitalista no interior das formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista. O que não impede que o resultado do trabalho doméstico seja absolutamente imprescindível à reprodução do capital.

Ferreira (2009) nos incute a seguinte visão ao pensarmos nessa diferenciação do trabalho doméstico:

É forçoso reconhecer a desigualdade entre homens e mulheres na distribuição do poder político, no mercado de trabalho e, especialmente, na divisão do trabalho doméstico que historicamente tem recaído sob a responsabilidade de mulheres. Questionamos, entretanto, os estudos que têm o trabalho masculino, capitalista como o modelo a ser seguido pelas mulheres. É com esse referencial que alguns estudos apontam as mulheres como trabalhadoras de segunda categoria. A partir de padrões de medição da qualidade do trabalho construídos pelos países capitalistas mais industrializados, que coloca, por exemplo, maior número de horas trabalhadas como referencial de

boa qualidade do trabalho. A partir desses padrões, o trabalho doméstico remunerado ou não, é visto como trabalho desqualificado, tornando os estudos corroboradores do senso comum sobre o trabalho doméstico (p. 21).

A desvalorização do fazer doméstico, um trabalho reprodutivo que não gera um produto a ser comercializado, atinge as empregadas domésticas, que buscam, desde a década de 1970 no Brasil, a valorização do seu trabalho (FEDIUK, 2005).

No Brasil a atividade doméstica não está atrelada à forma capitalista, por isso o trabalho doméstico se configura como uma modalidade genérica de emprego. Cabe ressaltar que o trabalho doméstico contempla “um contingente de força de trabalho-reserva⁸”, utilizando quando possível as relações de produção do sistema econômico capitalista.

Segundo Camillotto (2002, p. 28), um dos aspectos que tornam mais complexas as relações do trabalho doméstico é o não enquadramento desta modalidade de trabalho no sistema hierárquico peculiar da sociedade capitalista, uma vez que, devido às dificuldades de inserção de intermediários (contratos de trabalho, por exemplo) no dia-a-dia da convivência entre as partes, situa-o como vulnerável.

A invisibilidade que cerca o trabalho doméstico permanece como uma nuvem sombria sobre a condição feminina. A própria sociedade ignora as normas que regulam as relações de trabalho doméstico (MELO e DI SABBATO, 2011).

Deste modo, são válidas as reflexões de Matos (2009) o mercado de trabalho doméstico tem que ser considerado como de fato é, um ambiente relacional, em um país de desigualdade de renda e oportunidades, mas onde o pacto de mútuo benefício deve ser protegido e incentivado, favorecendo a livre empregabilidade, expurgando aqueles que confundem a proximidade da relação de emprego dentro de casa com o direito ilimitado ao trabalho do outro.

Migração e trabalho doméstico: *que condições? Quais os motivos? Quais implicações?*

De acordo com Melo e Di Sabbato (2011) no Brasil, com suas imensas desigualdades sociais, o trabalho doméstico permanece há décadas como uma das principais ocupações das mulheres brasileiras. Possivelmente o que explica sua

⁸ “É o excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho, utilizado pelo sistema capitalista como regulador da exploração da força de trabalho”. Ver Marx, Karl. O capital. SP, Difel, V.2. 1867

permanência, como um fenômeno nacional ou global, é o desequilíbrio na distribuição de renda pessoal e a labuta exigida pela reprodução da vida. Para os autores, como a desigualdade de renda tem se acentuado na economia mundial, as disparidades engendradas entre famílias ricas e pobres possibilitam e incentivam esse tipo de trabalho, gerando uma demanda permanente por serviços domésticos na sociedade, especialmente por parte das famílias com crianças pequenas e nas quais as mães trabalhem fora de casa.

Para Melo (1998), o serviço doméstico remunerado tem um papel importante na absorção das mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho. As migrantes rurais-urbanas têm nessas atividades “o caminho de socialização na cidade (...) o abrigo, a comida, a casa e a família”⁹, porta de entrada para o mercado de trabalho urbano.

E que, portanto, há uma lacuna a ser preenchida quando se relaciona migrações internas e trabalho doméstico, sendo esta uma temática pouco estudada, embora alguns pesquisadores tem-se interessado em levantar questões relacionadas às migrações internacionais de trabalhadoras domésticas.

Diante de tal fato, Oliveira e Jannuzzi (2005) em seus estudos levantaram alguns motivos da migração. E destacaram que há dois enfoques sobre as possíveis causas da migração. O enfoque neoclássico sugere que os indivíduos migrariam em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, realizando um cálculo racional- econômico para a escolha do destino. Já a abordagem histórico-estruturalista indica que a formação dos fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país. Qualquer que seja o ponto de vista, os motivos da migração empreendida – pessoal ou coletivamente – seriam os relacionados ao trabalho; e os protagonistas do processo, jovens em pleno potencial produtivo.

Lisboa (2007) ao analisar os fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo apontou como motivos as seguintes questões:

- 1) a questão sócio-econômica: falta de oportunidades de emprego ou ocupações remuneradas no local de origem, bem como a desvalorização do trabalho feminino; 2) o acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; 3) a conquista da independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou mulheres que sofriam violência no local de origem; 4) a possibilidade de alcançar mobilidade social, melhorar de status em relação ao emprego que exerciam nos países de origem, ou seja, serem valorizadas; 5) o acesso a serviços básicos, atendimento à saúde; 6) experimentar diferentes sensações: conhecer

⁹ (Melo *apud* Castro, 1998).

um país diferente, divertir-se, ir a festas, sair com as amigas, aprender coisas novas; 7) ir atrás da rede familiar, de conhecidos ou amigos que já se encontram no local e motivam a emigração (p. 810).

A condição pela qual o trabalho doméstico se insere é através das redes sociais de apoio que, segundo Sertório e Santos (2012), podem ser consideradas as verdadeiras unidades da migração, uma vez que indivíduos e coletividades tomam suas decisões, planejam estratégias de movimento e travessia de fronteiras, encontram apoio em termos de moradia e trabalho e, finalmente, resistem aos controles anti-migração, através do apoio obtido nessas teias de relações sociais.

Ao se deslocarem, como diaristas, que é uma modalidade de ocupação sem a possibilidade de morar no emprego, encontram na rede de apoio um lugar para se estabelecer até poder alugar uma moradia.

Para Kelly *apud* Truzzi (2008), outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos”.

As implicações desta modalidade de interação migração-trabalho doméstico podem ser vistas como uma forma de inserção mais rápida de ocupação. O que não se configura como uma estabilidade. Recentes estudos da PED (2009) indicam a tendência ao crescimento do emprego doméstico diarista e a redução das mensalistas.

Diante disso Gaudemar *apud* Sertório e Santos (2012) salienta:

Os movimentos migratórios estão fortemente associados à mobilidade da força de trabalho. Os migrantes em busca de trabalho representam, na maioria das vezes, a principal parcela dos fluxos de população. O capital, mesmo na roupagem da acumulação flexível, permanece usufruindo a “dupla mobilidade da força de trabalho”, ou seja, trata das formas como o capital produz, explora, faz circular e controla, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho como mercadoria essencial ao processo de acumulação capitalista.

(p. 8).

Contudo, não é possível compreender o fenômeno migratório apenas através do enfoque econômico ou economicista, uma vez que esse aporte não permite dar conta de todos os processos associados à migração.

Considerações preliminares

A análise do processo migratório para o trabalho doméstico muitas das vezes tem se focado exclusivamente nas difíceis condições de trabalho enfrentada pelas mulheres migrantes internacionais. Em nossa investigação, procuramos entender que esta atividade se configura como um “trampolim” para a integração ao mercado de trabalho urbano interno. Além dessa perspectiva, buscando observar porque essas mulheres se deslocam para esse duro trabalho e em que condições se dá essa inserção, quais os motivos e quais as implicações.

Em tese as evidências sobre a inserção de mulheres migrantes no trabalho reprodutivo (doméstico) mostra que suas escolhas são consistentes com a escolha racional das ocupações por parte dos migrantes, uma vez que, ao longo do tempo, os migrantes tendem a deixar ocupações informais de menor remuneração e inserir-se em ocupações formais.

De grosso modo, esta modalidade de trabalho se caracteriza pela baixa qualificação, não requer nível elevado de escolaridade, não é necessário ter experiência, enfim, uma inserção precária, penosa e rápida.

Deste estudo preliminar, foi possível identificar que existe a necessidade de estudos voltados para essa temática, particularmente evidência empírica para basear o debate. Este estudo prosseguirá realizando uma pesquisa de campo, focalizando as migrações regionais pelo segmento infante-juvenil e sua inserção no trabalho doméstico na cidade de Montes Claros-MG.

Considera que dentro do enfoque histórico-estrutural, as migrações são explicadas no cenário das mudanças que se desenrola na estrutura da produção em formação social, e entendendo a migração como resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo cujo motor principal se expressa nas desigualdades sociais e regionais, e a conseqüente inserção da mulher em atividades laborativas de reprodução. Mas é preciso concatenar a relação entre as motivações estruturais e individuais, pois são partes do mesmo processo e em áreas importantes para análise tais como sistemas urbanos, dos movimentos sociais, das redes sociais e das políticas

públicas, onde encontramos elementos que podem influir no quadro mais amplo que define o volume e a direção dos fluxos migratórios.

Presume-se que os motivos do movimento migratório são: de ordem sócio-econômica, acesso à educação ou a oportunidades de maior qualificação profissional; independência financeira, mobilidade social, acesso a serviços básicos, motivações pessoais ou ir atrás de sua rede familiar. Destacam-se as redes sociais de apoio e solidariedade como condição de sua inserção no trabalho doméstico.

As implicações desta modalidade de interação migração interna e trabalho doméstico podem ser vistos como uma forma de inserção mais rápida de ocupação. O que não se configura como uma estabilidade. Em recentes estudos da PED (2009) pôde indicar a tendência ao crescimento do emprego doméstico diarista e a redução das mensalistas. Ainda insipiente, mas, carregado de significado este estudo preliminar é uma tentativa de analisar os fluxos migratórios de mulheres pobres rurais que são atraídas para os grandes centros para o trabalho doméstico.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, M. B. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. In: **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. ÁVILA, M. B. et al. (Org.), 1ª edição, SOS CORPO, Recife, 2008.

CAMILLÔTTO, Carlos A. Gonçalves. **Avaliação da condição profissional dos auxiliares domésticos**. Juiz de Fora: Departamento de Ciências Sociais da UFJF, 2002.

CARDOSO, A. de J. **Impactos das migrações internas na dinâmica da cidade de Coração de Jesus-MG**. 2003, 41 f. Trabalho de graduação (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Montes Claros, 2003

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

FEDIUK, M. M. **Empregadas domésticas: uma revisão da literatura brasileira**. Disponível em: < www.cni.unc.br/psicologia/empregadadomestica2.pd.> Acessado em: 25 de março de 2012.

FERREIRA, J. S. Gênero, trabalho doméstico e identidades: o necessário diálogo. **Revista Fato & Versões**, n. 2, v. 1, p. 17-32, 2009.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, n. 3, v. 15, p. 805-821, Florianópolis, set./dez. 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Difel, V. 2. 1867.

MATOS, M. R. Trabalhadores urbanos e domésticos: a constituição federal e sua assimetria. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n.3, v. 17, 871-878, set./dez. 2009.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010** / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 15, n. 1, 1998.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEIL, M. M. V. C. **O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos**. Estudos e análises informação demografia e socioeconômica, nº. 1, Rio de Janeiro, p. 11-27, 2011

OLIVEIRA, K. F.; JANNUZZI, P. M. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste padrões etários, por sexo e origem/destino. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Estudos e análises informação demografia e socioeconômica, nº. 1, Rio de Janeiro, 2011. 103 p.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. **Movimentos Migratórios nos anos 80: Novos Padrões?** Anais do Encontro Nacional sobre Migrações. ABEP: Curitiba. Novembro de 1997

PAULA, A. M. N. R.; JÚNIOR, J. C. Migrações internas no sertão das gerais: “a esperança de melhoria de vida”. **Revista UNIMONTES CIENTÍFICA**, Montes Claros, v. 4, n. 2, jul./dez. 2002

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. A mulher nos mercados de trabalho metropolitanos, março de 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998, 155 p.

_____. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

THURLER, A. L. Migrações nacionais, gênero e relações sociais de dominação. **Revista Dimensões**, vol. 26, p. 205-222, 2011.

SERTÓRIO, L. B.; SANTOS, M. O. **Relações entre trabalho, educação, gênero e migração**. Disponível em:< http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Lidiane_Bruno_Sertorio_e_Miriam_de_Oliveira_Santos_relacoes_entre_trabalho_educacao_genero_e_migracao.pdf>. Acessado em: 23 de março de 2012.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Revista Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VALIM, A. **Migrações- da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.